

Aos vinte e sete dias do mês de setembro de dois mil e dezessete, às nove horas e cinquenta e nove minutos, deu-se início à 3ª Reunião Extraordinária do Conselho Superior do IFRJ, sob a presidência do Magnífico Reitor Paulo Roberto de Assis Passos. Estiveram presentes os conselheiros: Luiz Cláudio Teixeira de Oliveira (Representante

5 Suplente Fecomércio – RJ), Marilda Pimenta Melo (Representante Titular Firjan), Eurico Marchon Neto (Representante Titular Sedeis-RJ), Elisa Suzana Carneiro Pôças (Representante Titular Diretores-Gerais), Florinda do Nascimento Cersósimo (Representante Suplente Diretores-Gerais), Wallace Vallory Nunes (Representante

10 Suplente Diretores-Gerais), Silvério Afonso Balieiro (Representante Suplente Diretores-Gerais), Rafael Barreto Almada (Representante Titular Docentes), Helton Rodrigo de Souza Sereno (Representante Suplente Docentes), Marcelo Nunes Sayão (Representante

15 Suplente Docentes), Marco Aurélio Passos Louzada (Representante Titular Docentes), Hélia Pinheiro Rodrigues Corrêa (Representante Suplente Docentes), Fábio Alves de Araújo (Representante Suplente Docentes), Eládio Bandeira de Lima Filho (Representante

20 Titular Técnicos-Administrativos), Otávio Pereira Carneiro (Representante Suplente Técnicos-Administrativos), Jefferson Robson Amorim da Silva (Representante Titular Técnicos-Administrativos), André Vicente Tobias (Representante Suplente

25 Técnicos-Administrativos), Fernando Rocha Beserra (Representante Titular Técnicos-Administrativos), Dalva Baliano Lopes (Representante Suplente Técnicos-Administrativos), Eduardo do Carmo Castro (Representante Titular Técnicos-Administrativos), Gabriela Freitas de Andrade (Representante Suplente Discentes), Miguel Emílio Botelho Paolino (Representante Titular Discentes), Amanda Aguiar Oliveira (Representante Suplente Discentes), Paulo Borges Mathias da Costa (Representante Titular Discentes), Irinéia de Souza (Representante Titular Discentes), Flávio Giro de Oliveira (Representante Suplente Egressos), Peterson Hotz de Medeiros (Representante Suplente Egressos), além dos servidores convidados Danielle Araújo (Chefe da Audin) e Paulo Chagas (Presidente do GT de Carga Horária Docente), Francisco Azeredo (Presidente da Comissão Eleitoral Central), e também os alunos Matheus Bastos Ferreira (membro da Comissão Eleitoral Central e presidente da

30 Comissão Eleitoral Local do *Campus* Rio de Janeiro), Augusto Peullo, Fernando Orioli e Brenda de Oliveira Silva. O presidente procedeu à reunião agradecendo a presença de todos e o alcance do quórum. Ele disse que a reunião teria um teto de até as treze horas, pois ele teria outro compromisso na parte da tarde, uma etapa do Planejamento Estratégico do IFRJ, que aconteceria no prédio da Reitoria localizado no Centro da cidade. Portanto, o presidente solicitou objetividade nos debates para que a reunião fosse a mais produtiva possível. O conselheiro Eládio Bandeira solicitou uma alteração na ordem de debate dos assuntos da pauta. O presidente disse que o conselheiro poderia fazer sua solicitação no momento em que começassem a ser discutidos os temas da “Ordem do

35 Dia”. O presidente disse que o primeiro assunto dentro do Expediente seria a aprovação da ata da reunião anterior. A secretária Mônica Castro informou que somente o conselheiro Marcelo Sayão enviou sugestões de alteração no texto do referido documento. O presidente pediu à secretária que projetasse a ata com as sugestões do conselheiro. Enquanto a secretária preparava a exibição da ata, o presidente lembrou a todos que as reuniões do Conselho Superior eram transmitidas ao vivo e gravadas, sendo

40 disponibilizadas posteriormente a todos da comunidade acadêmica. Ele ressaltou que a reunião estava aberta a todos os membros da instituição, havendo somente a limitação devido ao espaço da sala de reuniões da Reitoria, sendo portanto, fundamental a

45

comunicação à Secretaria do Conselho para o melhor acolhimento de todos. O conselheiro Eládio Bandeira informou que convidou três membros da Comissão Eleitoral Central para participar daquela reunião. O presidente pediu aos membros da referida Comissão que se apresentassem aos presentes. Os membros da Comissão Eleitoral Central Francisco Azeredo, Aline Oliveira e Matheus Bastos apresentaram-se a todos, assim como os demais alunos que estavam presentes a convite dos representantes discentes. Então, o conselheiro Fábio Araújo disse que foram convidados para participar da reunião os alunos e o representante sindical Afonso (Nilópolis), tendo em vista a reunião ocorrida na Reitoria no dia quatorze de setembro, quando foi realizada uma mobilização nacional em prol dos Institutos Federais e outras instituições públicas de ensino. Após isso, o servidor Paulo Chagas, presidente do Grupo de Trabalho da Carga Horária Docente, também se apresentou e ressaltou que o tema vinha sendo debatido no ConSup desde o ano 2008. Os conselheiros suplentes Silvério Balieiro e Fábio Araújo também se apresentaram, pois aquela era a primeira participação dos conselheiros após a nova composição do Conselho Superior. Portanto, os dois conselheiros estariam tomando posse naquele dia. O conselheiro Jefferson Amorim destacou que os conselheiros indicados pelo MEC já haviam faltado por mais de três reuniões consecutivas, sem justificativa, portanto, era necessário solicitar ao Ministério que indicasse novos representantes, e sugeriu que fossem indicados servidores que atuassem no estado do Rio de Janeiro. O presidente concordou, mas ressaltou que essa escolha era do próprio MEC. O conselheiro Fábio Araújo disse que era importante haver uma representação do Sindicato no Conselho Superior. O presidente disse que a composição do Conselho estava prevista no Estatuto do IFRJ, e, nesse caso, esse documento deveria ser revisado com a proposta de inclusão de uma representação do Sindicato no ConSup. O conselheiro Rafael Almada apresentou uma dúvida a respeito da pauta. Ele disse que as atas das reuniões continham as sugestões de pauta encaminhadas pelos conselheiros, mas a pauta de convocação da reunião não apresentava esses encaminhamentos. Ele disse que na primeira reunião em que participou, fez algumas solicitações de pauta, e que, naquela reunião, lhe foi solicitado que formalizasse seu pedido. Ele informou que entregaria naquele dia as solicitações por escrito. O presidente disse que esse assunto deveria ser debatido posteriormente, e informou também que quando qualquer conselheiro sugeria um ponto de pauta, este era acrescentado no final da pauta, na seção “Próximas Reuniões”, e que, ao final de cada reunião, era decidido qual seria a “Ordem do Dia” para a reunião seguinte. Após isso, retomando a aprovação da ata, a secretária leu as sugestões do conselheiro Marcelo Sayão, e todos aprovaram as alterações. O conselheiro disse que fez um comentário a respeito da atuação de conselheiros nas férias, mas não lembrava se o comentário foi direcionado a todos ou somente a quem estava ao seu lado. Portanto, o conselheiro solicitou que a gravação fosse ouvida novamente, e, caso o comentário tivesse sido feito a todos, ele gostaria de incluir tal fala na ata. Então, a ata foi aprovada por todos. Passando para o segundo ponto, “Informações Gerais”, o presidente concedeu a palavra à Chefe de Auditoria Interna, Danielle Araújo. A servidora esclareceu que foi encaminhado à Secretaria do Conselho o Relatório nº 04/2016, enviado à CGU, apenas para ciência. Nenhum conselheiro apresentou dúvidas sobre o relatório. Então, a Chefe da Auditoria Interna aproveitou para pedir aos conselheiros prioridade na aprovação dos documentos: Manual de Auditoria Interna e Regimento Interno da Audin, que foram encaminhados para inclusão na pauta em março de 2016, tendo em vista que os documentos atendiam a várias recomendações da CGU feitas em 2013. A servidora esclareceu que já solicitou a

95 prorrogação do prazo para apresentação dos documentos ao órgão de controle diversas
vezes, já que eles não foram aprovados no âmbito do Conselho Superior até aquele
momento. Ela disse que na última prorrogação solicitada foi concedido o prazo de até
quatro de outubro. A servidora Danielle Araújo informou que os documentos já foram
100 o presidente disse que também gostaria de passar algumas informações. Ele disse que
durante a realização da mais recente reunião do Conif, os Reitores participaram de uma
reunião na Câmara dos Deputados com os deputados da Comissão de Educação, na
tentativa de atuar em três linhas, sendo elas: 1) para o ano corrente, o repasse integral dos
valores postos no orçamento, que estavam contingenciados, 2) para o ano seguinte, a
105 concessão de um orçamento no mínimo igual ao do ano corrente, e 3) a concessão de uma
emenda parlamentar geral para todos os Institutos Federais, chamada de Emenda Conif.
O presidente informou também que seria realizada uma reunião entre o presidente da
Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e as instituições de ensino federais do Estado do
Rio de Janeiro. O presidente informou que no dia anterior participou de uma audiência de
110 conciliação no município de Duque de Caxias, sobre a reivindicação da Prefeitura de
Belford Roxo, que solicitou a reintegração de posse do terreno do *Campus* Belford Roxo.
Ele disse que houve manifestações de discentes, servidores e comunidade a favor do
Instituto. O presidente disse que a argumentação da prefeitura referia-se à primeira lei de
doação do terreno, em que foi prevista a conclusão das obras do *campus* em 2015, porém,
115 essa lei foi alterada, não valendo mais essa condição, e sim de que as atividades no *campus*
se iniciariam no ano de 2016, o que efetivamente aconteceu. Então, o conselheiro Rafael
Almada disse que solicitou na reunião anterior a inclusão de um ponto de pauta sobre a
elaboração de uma moção de apoio ao *Campus* Belford Roxo, e não foi atendido. A
secretária esclareceu que acrescentava na pauta somente as sugestões que eram consenso
120 explícito do Conselho, mas não as de cunho individual. O conselheiro respondeu que
ninguém discordou da sugestão, e disse que o encaminhamento de pauta não estava claro
para todos. A secretária exemplificou que no caso da solicitação de pauta feita pelo
conselheiro Fernando Beserra, houve uma votação a favor do encaminhamento, portanto,
o tema foi acrescentado à pauta. Após isso, foi feito um intervalo. Após o intervalo, o
125 presidente retomou a pauta, iniciando a “Ordem do Dia”. Ele informou que foi realizada
uma solicitação dos representantes discentes para inclusão do tema “Orçamento
institucional” na ordem do dia. A solicitação foi atendida. Então, o presidente passou a
palavra para o conselheiro Eládio Bandeira, que propôs a inversão da ordem dos temas
da “Ordem do Dia”, de forma que os temas relacionados às Eleições para Reitor e
130 Diretores-Gerais fossem discutidos primeiramente. Todos acataram a sugestão do
conselheiro. Então, o presidente leu como ficou a ordem da discussão dos temas: 1)
Homologação das Comissões Eleitorais, 2) Decisão se as eleições seriam realizadas em
um ou dois turnos, 3) Posicionamento do Conselho sobre a recomendação do MP de
adoção do ponto eletrônico. Nesse momento o presidente questionou a todos se o GT para
135 tratamento dessa matéria havia sido constituído. O conselheiro Rafael Almada disse que
fez essa sugestão, mas o Grupo de Trabalho ainda não havia sido formado. O conselheiro
Marcelo Sayão disse que para o GT ter autonomia para iniciar seus trabalhos, era preciso
extrair do Conselho uma linha de posicionamento. Então, dando continuidade à ordem
dos debates, o presidente leu os demais itens, que seriam: 4) Regulamento da Carga
140 Horária Docente, 5) Revisão do Estatuto do IFRJ. Porém, o presidente acrescentou que
como o Pró-Reitor de Administração, Miguel Terra, estava de férias, esse tema poderia

ser debatido na reunião seguinte. O conselheiro Eládio Bandeira disse que foi formada a comissão do ConSup para tratar do tema da revisão do Estatuto, mas só ele e o conselheiro Jefferson Amorim compareceram à reunião agendada para estudo do tema. Ele enfatizou
145 que era necessário retomar os trabalhos dessa Comissão com a participação dos demais integrantes. O conselheiro Marcelo Sayão disse que a reunião foi marcada quando alguns membros estavam de férias. O conselheiro Rafael Almada disse que outras comissões já estavam com os trabalhos bastante adiantados, e seria interessante adiantar a discussão dos temas. Continuando a ler os temas da pauta, o presidente solicitou a avaliação dos
150 conselheiros sobre a ordem na discussão dos assuntos “Carga Horária Docente” e “Orçamento institucional”. O presidente questionou qual era o ponto e a abordagem efetiva que os representantes discentes gostariam de abordar sobre o orçamento, pois isso não foi colocado no e-mail de solicitação de inclusão de pauta. A representante que encaminhou a pauta, Gabriela Freitas, ainda não havia chegado à reunião, portanto, o
155 presidente pediu que aguardassem a chegada da aluna para entender qual seria o seu questionamento e o debate pretendido. O conselheiro Fábio Araújo disse que aquele era um momento de grave crise e cortes orçamentários no Instituto, e as informações não eram repassadas para a comunidade acadêmica. Ele disse que o movimento realizado no dia quatorze de setembro foi no sentido de se abrir um espaço para a discussão dos
160 orçamentos dos *campi* e do Instituto em geral. O presidente disse que essa discussão era na verdade uma solicitação de informações. O conselheiro respondeu que inicialmente sim, que eles gostariam de saber como poderiam agir em relação ao tema. O presidente disse que solicitou auxílio aos Diretores-Gerais presentes para realizar uma explanação acerca do assunto, mas que, até onde era sabido, a Reitoria estava repassando todas as
165 informações, e se houve alguma falha de comunicação, era preciso eliminá-la. O presidente disse que era necessário avaliar se o fórum de início dessa discussão não deveria ser nos *campi*, para que os conselheiros chegassem munidos de informações e questionamentos no ConSup, de forma que fosse estabelecida uma metodologia efetiva. O presidente então perguntou se todos concordavam com a colocação do tema do
170 orçamento como terceiro ponto a ser discutido, ou, se deveria ser discutido primeiramente o Regulamento da Carga Horária Docente, tendo em vista que a CGU já estava realizando cobranças acerca da adequação do Regulamento do IFRJ à Portaria nº 17/2016 do MEC/SETEC. O presidente explicou que a referida Portaria, na qual o GT Carga Horária Docente se baseou para elaborar a proposta de Regulamento, seria revista, e, o GT já havia encaminhado seus trabalhos finais ao ConSup, que estavam pendentes de
175 aprovação. O conselheiro Fábio Araújo disse que o presidente estava fazendo uma defesa da ordem da pauta, para colocar a discussão da Carga Horária Docente antes da discussão sobre o Orçamento. O presidente discordou, e disse que somente estava esclarecendo qual seria a discussão que envolvia o tema da Carga Horária Docente, assim como o
180 conselheiro havia explicado qual seria o debate pretendido sobre o tema de Orçamento. Então, o presidente sugeriu que fossem discutidos os itens 1 e 2, e depois fosse decidido qual seria o próximo assunto a ser abordado. O conselheiro Fábio Araújo discordou da sugestão do presidente e disse que era lamentável que nas reuniões do ConSup fosse perdida uma hora de reunião para não decidir nada, e era primordial decidir os pontos de
185 pauta que seriam abordados, e que, a tentativa do presidente de não elencar no início da reunião todos os temas que deveriam ser discutidos, era uma estratégia política de esvaziamento da reunião. Ele disse que os conselheiros estavam ali somente aprovando memorando, e era preciso discutir políticas, caso contrário, a reunião deveria ser marcada

190 no “boteco da esquina” para “bater papo”. O conselheiro disse que era necessário tratar o Conselho Superior com mais seriedade. O presidente pediu ao conselheiro que as discussões fossem realizadas com tranquilidade e serenidade, e, se possível, com maturidade. O presidente disse que a reunião deveria obedecer uma ordem, que estava sendo colocada naquele momento, sem intenção de desvirtuar a linha de conduta do Conselho, sendo que seu objetivo era otimizar a reunião. O presidente questionou se os

195 conselheiros gostariam de decidir naquele momento qual seria a ordem de discussão da pauta. O conselheiro Marcelo Sayão sugeriu uma votação. Então, por votação, foi decidido que o terceiro ponto de pauta seria os esclarecimentos sobre o orçamento. O presidente destacou que estava sendo incluído na “Ordem do Dia” um assunto que deveria estar na parte de “Informações Gerais”, pois não se tratava de uma tomada de decisão.

200 Então, a conselheira Florinda Cersósimo pediu aos conselheiros que levassem em consideração o fato de a carga horária docente ter um grande impacto dentro dos *campi*, sendo extremamente importante a aprovação do Regulamento, pois facilitaria a gestão no *campus*. Em relação ao orçamento, a conselheira disse que tal discussão teria uma abordagem essencialmente informativa, concordando com a fala do presidente. O

205 presidente questionou aos conselheiros se eles gostariam de fazer nova votação após a defesa do ponto de pauta apresentada pela conselheira Florinda Cersósimo. O conselheiro Fábio Araújo discordou e questionou se o presidente iria propor votações até a sua opinião prevalecer. O conselheiro Rafael Almada sugeriu que os pontos fossem colocados na “Ordem do Dia”, e, se houvesse tempo, seriam todos discutidos, mesmo aqueles que

210 fossem considerados apenas questões informativas. O conselheiro sugeriu então a seguinte ordem de debate dos temas: Homologação das Comissões Eleitorais, Decisão sobre os turnos, e Orçamento. O conselheiro disse que conforme o Estatuto do IFRJ e o Regimento Interno do Conselho Superior, caberia ao ConSup apreciar o orçamento institucional. O presidente concordou com o conselheiro Rafael Almada, no sentido de que caberia ao Conselho apenas apreciar o orçamento, e não aprová-lo. O conselheiro

215 Peterson Hotz solicitou objetividade nas discussões. A conselheira Florinda Cersósimo disse que cabia ao Conselho apreciar a execução financeira e o relatório de gestão do Instituto. Ela disse que os Diretores-Gerais, que são os ordenadores de despesa, reuniram-se dois dias antes daquela reunião, a fim de que fosse retirada daquele grupo uma proposta de orçamento, que seria levada ao Colégio de Dirigentes, e que, após isso, poderia ser definido qual o fórum correto para aprovação do orçamento institucional. A conselheira disse que os Diretores-Gerais apresentavam preocupação quanto ao orçamento, sobretudo em relação aos *campi* que não teriam recursos suficientes para executar suas atividades. Então, o presidente interveio dizendo que era necessário haver maior objetividade na

225 reunião, afirmando que seriam discutidos os pontos relativos às eleições, e posteriormente seriam passadas as informações sobre o orçamento. O presidente solicitou que o ponto da carga horária docente fosse o primeiro ponto da reunião seguinte, tendo em vista que não haveria tempo hábil para discuti-lo naquele dia. O conselheiro Fernando Beserra observou que na reunião seguinte a Comissão Eleitoral Central deveria levar ao ConSup o Regulamento das Eleições para ser aprovado. Então, o presidente disse que o ponto da carga horária docente deveria ser discutido após a aprovação do Regulamento das Eleições na reunião seguinte do Conselho. O conselheiro Rafael Almada disse que essa decisão deveria ser tomada ao final da reunião. O presidente concordou e passou a palavra ao conselheiro Eládio Bandeira, para que pudesse fazer um relato sobre as atividades da

230 Comissão Especial do ConSup. O conselheiro agradeceu a todos os participantes da

235

Comissão Especial do ConSup, que percorreram os *campi* auxiliando a formação das Comissões Eleitorais Locais. O conselheiro disse que houve bastante dificuldade para formar todas as Comissões Eleitorais Locais, uma vez que as eleições para os Conselhos Acadêmicos ocorreram no mesmo momento. O conselheiro disse que estavam sendo

240 instituídos muitos grupos de trabalhos e comissões, o que estava dificultando a formação das Comissões Eleitorais Locais. Ele então sugeriu para as próximas eleições, que não houvesse a necessidade de formação de comissões concomitantemente à constituição das Comissões Eleitorais Locais. O conselheiro ressaltou que não foi possível incluir servidores docentes na Comissão Eleitoral da Reitoria, e essa informação seria passada à

245 Comissão Eleitoral Central. O presidente da Comissão Eleitoral Central, professor Francisco Azeredo, disse que era responsabilidade do Conselho Superior formar as Comissões Eleitorais Locais. O professor disse que a Comissão da Reitoria possuía até discentes nas eleições anteriores, e o decreto que regulamenta as eleições não deixava claro se a Reitoria era um *campus* ou não. O presidente disse que a Reitoria era

250 considerada um *campus*, mas sem discentes. O conselheiro Eládio Bandeira disse que três docentes lotados na Reitoria compareceram à reunião para a escolha da Comissão Eleitoral Local, mas que não se disponibilizaram a integrar a referida Comissão. Ele disse também que alguns *campi* possuíam poucos servidores, sendo difícil formar a Comissão Eleitoral Central com três titulares e três suplentes de cada segmento, mas, disse também,

255 que a Comissão Eleitoral Central recomendou que todos os *campi* possuísem a totalidade de membros conforme previsto na legislação. O presidente da Comissão Eleitoral Central disse que os *campi* poderiam realizar novas consultas para conseguir mais pessoas para integrar as Comissões Eleitorais Locais. A conselheira Elisa Pôças, que foi presidente da Comissão Eleitoral Central nas eleições de 2013, disse que naquela ocasião a Comissão

260 Central possuía um representante de cada *campus*. O presidente da Comissão Central disse que nas eleições anteriores algumas atividades que poderiam ter sido descentralizadas ficaram muito concentradas na Comissão Eleitoral Central, como por exemplo, a apuração. Ele disse que em 2017 os processos poderiam ser mais descentralizados. O conselheiro Eládio Bandeira sugeriu que a Comissão Central fizesse

265 reuniões com as Comissões Locais. O presidente questionou ao conselheiro se ainda havia posições vagas nas comissões que foram formadas. A conselheira Irineia Souza respondeu que sim, e usou como exemplo o *Campus* Belford Roxo, onde as aulas seriam do curso técnico seriam iniciadas somente em dez de outubro, e só a partir desta data o *campus* passaria a ter alunos além dos discentes de cursos FIC. Então, o presidente disse

270 que assinaria uma resolução *ad referendum* posteriormente com os nomes dos servidores e alunos que passariam a integrar as comissões eleitorais. O conselheiro Eládio Bandeira disse que a Comissão Especial do ConSup não teria mais condições de ir aos *campi* para auxiliar no processo de escolha de novos membros. O presidente disse que passaria a contar com a ajuda dos Diretores-Gerais para tal. O conselheiro Eládio Bandeira disse

275 que um dos *campi* mais problemáticos era a Reitoria. A conselheira Irineia Souza disse que o *Campus* Mesquita também apresentava dificuldades em disponibilizar servidores para a composição da Comissão Eleitoral Local. O conselheiro Rafael Almada sugeriu que a Resolução fosse aprovada naquele dia com os nomes que já estavam definidos, e as Comissões Locais formadas, juntamente com os Diretores-Gerais do respectivo *campus*,

280 trariam os novos nomes para completar a composição de cada comissão, e, então, seria emitida uma Resolução *ad referendum* homologando os novos nomes. O presidente agradeceu a sugestão do conselheiro, na medida em que ela endossava a primeira

proposição feita anteriormente pelo presidente, e todos concordaram. O conselheiro Eládio Bandeira perguntou quando seria assinada a Resolução de homologação das
285 Comissões Eleitorais, para que estas pudessem iniciar seus trabalhos. O presidente disse que seria emitida uma Resolução com a data daquele dia (vinte e sete de setembro). O conselheiro Eládio Bandeira questionou qual a data seria o marco do início dos trabalhos, considerando o prazo de noventa dias imposto pela legislação, se seria o dia da homologação das Comissões ou o dia da aprovação do Regulamento para as Eleições,
290 que ainda seria aprovado na próxima reunião do ConSup. O presidente respondeu que seria o dia da homologação das Comissões, uma vez que a elaboração do Regulamento já fazia parte de suas atividades. O conselheiro Jefferson Amorim disse que entendia que o termo inicial seria a partir da composição de todas as comissões de forma completa. O presidente discordou, e disse que a Comissão Eleitoral Central iria conduzir efetivamente o processo, e as lacunas que precisavam ser preenchidas eram somente em alguns *campi*,
295 que somente participariam efetivamente do processo eleitoral a partir do período de votação. Então, o conselheiro Eládio Bandeira concluiu que o prazo final para conclusão dos trabalhos era vinte e sete de dezembro. O presidente da Comissão Eleitoral Central disse que era possível iniciar os trabalhos, mesmo com as lacunas nas Comissões Locais.
300 O presidente então agradeceu a disponibilidade de todos os membros das Comissões Eleitorais que estavam presentes. O conselheiro Eládio Bandeira lembrou que a última reunião do ConSup naquele ano estava prevista para o dia vinte de dezembro, quando deveria então ser homologado o resultado final das Eleições, e o presidente concordou. O conselheiro Jefferson Amorim questionou se essa homologação não poderia ser prorrogada até o dia quatorze de fevereiro (noventa dias antes do término do atual mandato, que é o prazo máximo previsto na legislação). O presidente disse que a legislação previa dois prazos, um referente ao trabalho total das Comissões, que era de noventa dias, e o outro prazo era a data limite para envio dos resultados ao MEC, que seria noventa dias antes do término do mandato. O conselheiro Eládio Bandeira disse que
305 quanto mais cedo os nomes fossem enviados para o MEC, melhor seria para organizar o processo de posse. O conselheiro Eládio Bandeira parabenizou dois discentes por assumirem as presidências das Comissões Locais dos *campi* Rio de Janeiro e Resende. O presidente esclareceu que as próximas tarefas da Comissão Central seriam a elaboração do cronograma e do Regulamento, para serem aprovados no âmbito do ConSup. O conselheiro Eládio Bandeira observou que muitos servidores que faziam parte de outras comissões estavam participando também da Comissão Eleitoral Local de seu *campus*. O presidente disse que o conselheiro poderia fazer um apelo aos Diretores-Gerais para que esses servidores fossem dispensados de outras atividades, de forma que pudessem dedicar-se à Comissão Eleitoral Local. O conselheiro Eládio Bandeira solicitou que a
315 Comissão Eleitoral Central enviasse com pelo menos três dias de antecedência a proposta de Regulamento para ser aprovada no ConSup, e o presidente da Comissão Central concordou, dizendo que já iniciou a análise de alguns documentos. O conselheiro Fernando Beserra disse que se houvesse algum problema em relação a perseguição ou assédio moral a membros das Comissões Eleitorais, o caso deveria ser tratado no âmbito do Conselho Superior. O presidente concordou. Então, as Comissões Eleitorais Locais e Central foram homologadas pelo ConSup. Depois disso, passando para o próximo ponto da pauta, o presidente abriu a palavra aos conselheiros para que manifestassem sua
320 opinião sobre a realização de um ou dois turnos no processo eleitoral. O conselheiro Eládio Bandeira disse que havia tempo hábil para realizar dois turnos. Ele acrescentou

330 que consultou seus representados, e a opinião da comunidade era a favor da realização
em dois turnos. O conselheiro Wallace Nunes também destacou que os Diretores-Gerais
consultaram seus pares para apresentarem seus votos. O conselheiro Rafael Almada disse
que era importante entender o motivo de haver um ou dois turnos, e disse que também
335 consultou algumas pessoas sobre esse assunto. Ele sugeriu a adoção de critérios para a
tomada de decisão, e propôs o seguinte: caso houvesse somente um ou dois candidatos, o
processo deveria ser realizado em apenas um turno, caso houvessem três ou mais
candidatos, deveria ser adotada a realização do processo em dois turnos. O conselheiro
Eládio Bandeira questionou ao presidente sobre a situação dos *campi* existentes há menos
de cinco anos, no caso da votação para Diretor-Geral. O presidente disse que a decisão
340 sobre a realização de consulta àqueles *campi* ou não, seria um ato discricionário do Reitor,
e não um ato do Conselho Superior. O presidente complementou sua resposta dizendo
que havia comunicado no âmbito do Colégio de Dirigentes, que havia decidido sobre a
realização de consulta informal nos referidos *campi*. O presidente disse que era
importante esclarecer essa decisão, uma vez que o Reitor que iria sucedê-lo poderia acatar
345 o resultado da consulta informal ou não. O conselheiro Eládio Bandeira disse que era
necessário realizar uma consulta à Procuradoria Federal junto ao IFRJ, pois a portaria
interministerial que instituía os *campi* Arraial do Cabo e Engenheiro Paulo de Frontin era
23 de abril de 2013, sendo assim, os *campi* só alcançariam cinco anos de existência em
2018. O presidente da Comissão Central, Francisco Azeredo, disse que era importante
350 definir esses pontos. O conselheiro Marcelo Sayão disse que discordava do
posicionamento do presidente do Conselho Superior, pois acreditava que o ConSup era o
espaço para se deliberar esse tipo de decisão. Disse que apesar de reconhecer que o Reitor
tinha o poder de tomar esta decisão em um ato discricionário, lamentava que a decisão
fosse tomada individualmente, ao invés de coletivamente pelo Conselho, uma vez que os
355 conselheiros são representantes da comunidade acadêmica. Ele disse também que sendo
essa consulta informal, era possível inclusive discutir regras diferentes para o processo de
consulta nos *campi* que tinham menos de cinco anos. O conselheiro esclareceu que nesses
campi provavelmente não haveria outros candidatos, a não ser os Diretores-Gerais que
havam sido indicados pela Reitoria. O presidente respondeu que a lei previa o seguinte:
360 a realização de uma consulta pública para os *campi* existentes há mais de cinco anos, e,
para os *campi* com menos de cinco anos, a designação dos Diretores-Gerais pelo Reitor,
esclarecendo assim que ele não estava desconsiderando a decisão do Conselho Superior,
mas apenas seguindo o que previa a legislação. Apesar disso, o presidente optou por
realizar a consulta informal aos *campi* com menos de cinco anos, por um princípio
365 democrático. O presidente destacou que nas eleições de 2013 a Comissão Eleitoral
Central enviou para o MEC os nomes dos candidatos ao cargo de Diretor-Geral dos *campi*
com menos de cinco anos, que foram escolhidos através da consulta informal, porém, o
MEC não homologou esses Diretores, alegando que para esses *campi* caberia a indicação
dos nomes pelo Reitor, como Diretores *pro tempore*. A conselheira Irineia Souza disse
370 que nos *campi* com menos de cinco anos não haveria servidores atuando há mais de cinco
anos que poderiam candidatar-se. O conselheiro Marcelo Sayão discordou da fala anterior
do presidente dizendo que se a consulta era informal, não estava prevista em lei, podendo
então ser discutida pelo Conselho Superior. Afirmou que o poder discricionário do Reitor
era para nomear o Diretor, e que se o Reitor decidisse acatar o resultado da consulta
375 informal, as regras dessa consulta poderiam ser decididas coletivamente pelo Conselho.
O conselheiro Fábio Araújo concordou com a fala do conselheiro Marcelo Sayão e

destacou que nos *campi* Duque de Caxias e Realengo houve uma negociação interna para a nomeação dos Diretores-Gerais, de forma que o pré-requisito de o servidor atuar há pelo menos cinco anos foi desconsiderado. Após isso, o presidente retomou a discussão sobre a realização do processo eleitoral em um ou dois turnos. O conselheiro Jefferson Amorim sugeriu que se houvesse mais de dois candidatos, e o percentual de votos obtidos pelo candidato mais votado fosse maior que a soma do percentual obtido pelos demais candidatos, o segundo turno poderia ser dispensado. A conselheira Elisa Pôças disse que se o primeiro colocado obtivesse cinquenta por cento dos votos mais um voto, ele automaticamente já teria um percentual maior do que a soma do percentual dos outros candidatos. O presidente disse que a maneira de se computar os votos já estava prevista na legislação, e era necessário normatizar o resultado da votação para que o somatório dos votos totalizasse cem por cento. Então, todos concordaram com a realização do processo em dois turnos caso houvesse mais de dois candidatos, e concordaram também com a dispensa do segundo turno se o percentual de votos do primeiro colocado fosse maior que a soma do percentual dos votos dos outros candidatos. Após isso, foi feito um intervalo. Após o intervalo, o presidente leu o Art. 24 do Regimento Interno do Conselho Superior, que prevê que se um conselheiro fosse candidato à Direção do IFRJ, deveria desincompatibilizar-se no ato de sua inscrição, esclarecendo que a regra valia tanto para os candidatos ao cargo de Reitor quanto para os candidatos ao cargo de Diretor-Geral. O presidente questionou se esse ponto estava claro para todos. O conselheiro Eládio Bandeira questionou a desincompatibilização dos conselheiros que eram representantes dos Diretores-Gerais. O presidente disse que se estes viessem a se recandidatar, deveriam desincompatibilizar-se do cargo de conselheiro. Ele disse também que o suplente que não fosse candidato deveria assumir a posição de titular. O conselheiro Eládio Bandeira disse que em 2013 os candidatos que eram conselheiros não se afastaram de sua função no Conselho. O conselheiro Rafael Almada disse que caberia uma consulta ao MEC para entender o ato de desincompatibilização, ficando claro que o candidato não deveria pedir exoneração de sua representação no Conselho, mas sim um afastamento, deixando o suplente como titular naquele período. O presidente concordou. O conselheiro Miguel Paolino disse que era necessário haver objetividade na discussão. O conselheiro Otávio Carneiro questionou se a desincompatibilização ocorreria a partir da homologação da candidatura. O presidente disse que o Conselho poderia decidir se a desincompatibilização seria a partir da inscrição ou a partir da homologação da inscrição. Foi decidido por consenso que seria a partir da homologação da inscrição. O presidente acrescentou que, se o titular e o suplente viessem a se candidatar, a vaga no Conselho ficaria sem representante transitoriamente, uma vez que não haveria tempo hábil para se realizar uma eleição de conselheiros. Depois disso, o presidente passou para o próximo ponto da pauta, a respeito da solicitação de discussão do orçamento institucional pelos discentes. A conselheira Gabriela Freitas leu uma solicitação em nome dos alunos. O encaminhamento da conselheira apresentou algumas demandas previstas no Estatuto do IFRJ. Ela esclareceu que os discentes possuíam muitas dúvidas a respeito do orçamento, as quais foram apresentadas na reunião realizada no dia quatorze de setembro na Reitoria, e que, naquela ocasião, foi acordado que tais dúvidas seriam encaminhadas ao Conselho Superior. O discente Augusto, do *Campus* Nilópolis, pontuou alguns itens, como a participação dos alunos na discussão do orçamento dos *campi*. Ele ressaltou que os alunos não participavam das decisões dos *campi*, e observou que essas reuniões não eram divulgadas, e nem as atas referentes a elas. O presidente esclareceu ao discente que existia

o Colégio de Dirigentes, formado pelo Reitor, Pró-Reitores e Diretores, previsto no
425 Estatuto do IFRJ, sendo um órgão consultivo; e também, existia o Fórum dos Diretores,
que acontecia por iniciativa dos próprios dirigentes, e não era um órgão oficial. A discente
Brenda (*Campus Realengo*) apresentou outros questionamentos a respeito da questão
orçamentária. Primeiramente ela solicitou esclarecimentos a respeito dos pesos dos cursos
na avaliação do MEC, exemplificando que o curso de Terapia Ocupacional do *Campus*
430 *Realengo* foi avaliado com um peso muito baixo, e o curso perdeu muito com isso. Ela
disse que gostaria de saber o motivo de o IFRJ não ter questionado os critérios de
avaliação do MEC. Outra pergunta da aluna foi acerca da redução do orçamento do
campus, tendo em vista que o número de alunos matriculados aumentou. Ela disse
também que o *Campus Realengo* estava carente de infraestrutura, e observou que o
435 *campus* não possuía uma Farmácia Escola, que seria um pré-requisito para o
funcionamento adequado do curso de Farmácia. A discente mencionou que na reunião
realizada no dia quatorze de setembro, foi informado que a questão da infraestrutura cabia
ao próprio *campus*, mas como o setor de Engenharia ficava lotado na Reitoria, os alunos
não entenderem a explicação que foi dada. O presidente pediu aos alunos que
440 participassem efetivamente das reuniões mensais que ocorriam entre os discentes, O
Reitor e a Diretoria e Rede de Assistência Estudantil (Dirae), pois muitas dessas dúvidas
poderiam ser dirimidas nessas reuniões. Então, o presidente solicitou aos alunos que,
devido ao tempo exíguo para o término da reunião, eles restringissem seus
questionamentos às questões orçamentárias. A discente Brenda disse que as demandas
445 apresentadas estavam relacionadas às questões orçamentárias, e disse que encaminhou
tais solicitações por uma questão de preocupação dos alunos em relação ao
funcionamento dos *campi*. A conselheira Gabriela Freitas disse que existiam questões que
estavam além dos pontos abordados nas reuniões com a Dirae, e os alunos gostariam de
ajudar como fosse possível, pois eles eram os mais interessados na gerência dos recursos
450 nos *campi*. Em seguida, o representante sindical Afonso disse que o SINTIFRJ havia
recebido uma demanda especificamente do *Campus Realengo*, a respeito da diminuição
dos pesos de alguns cursos na avaliação do MEC. Ele disse que não conseguiu
compreender os documentos do CONIF a respeito de tal avaliação. Então, ele questionou
qual foi o papel da Reitoria do IFRJ nessas discussões com o MEC, e porque o assunto
455 não foi tratado anteriormente de forma que o Instituto pudesse se mobilizar para tentar
reverter essa situação. Ele acrescentou que participou de uma reunião do CONIF, e pôde
perceber que havia uma preocupação nítida a respeito do orçamento, uma vez que o
Governo Federal estava reduzindo drasticamente o investimento em Educação. O
representante sindical disse também que na avaliação do MEC parecia haver uma
460 tentativa de privilegiar os cursos de EJA e de Licenciatura, o que era preocupante, pois
aparentava haver um movimento político de enfraquecimento dos Institutos Federais
(IFs). O presidente esclareceu que o responsável por construir a proposta orçamentária
dos IFs era o CONIF, que havia desenvolvido uma ferramenta chamada Matriz CONIF,
sendo a base para a construção da proposta do orçamento a ser entregue ao MEC pelo
465 CONIF. Ele disse que o número de alunos matriculados era o fator mais importante na
construção desse orçamento. Ele ressaltou que no cenário atual, o orçamento total do
MEC destinado aos IFs não estava aumentando, mesmo com o aumento do número de
alunos. Então, a instituição que obtivesse maior aumento no número de alunos, teria uma
previsão orçamentária maior que aquela instituição que teve um aumento no número de
470 alunos menor, e, como o valor total do orçamento a ser distribuído era o mesmo, a segunda

instituição receberia menos recursos. Então, o presidente concluiu que o orçamento do IFRJ diminuiu nos últimos anos, devido aos cortes efetuados pelo governo e pelo aumento do número de alunos matriculados ser menor do que em outras instituições da Rede. Quanto aos pesos dos cursos, ele disse que quando o CONIF começou a reestruturar a matriz orçamentária para 2018, foi colocada a revisão dos pesos dos cursos. O presidente disse que solicitou ao CONIF a majoração dos pesos dos cursos das áreas de Saúde, que já era baixo. Ele disse que o critério inicial utilizado pelo CONIF nessa revisão foi o número de laboratórios por curso, e o órgão responsável por esse processo era o FORPLAN. O presidente ressaltou que observou na apresentação dessa revisão que os critérios foram misturados, e apresentou uma reclamação. Segundo o presidente, o FORPLAN deu pesos para o critério que usava número de laboratórios, mas conjugou com bonificações para os cursos de EJA e de Licenciatura. O presidente destacou que as decisões do CONIF eram coletivas, e o MEC poderia acatá-las ou não, mas, até o momento, vinha acatando. Ele disse que na previsão orçamentária para o ano de 2018, o MEC não disponibilizou orçamento de capital para os IFs. Então, o presidente disse que desde 2014 o IFRJ vinha sofrendo cortes orçamentários, e para 2018, apresentava um orçamento de capital de aproximadamente vinte por cento do orçamento de 2014. Quanto ao custeio, os cortes orçamentários foram na ordem de dez por cento em 2014, mais dez por cento em 2015, e aproximadamente vinte por cento em 2016. Ele destacou ainda que os valores previstos no orçamento não eram necessariamente repassados, pois poderiam ser contingenciados. O presidente resumiu sua explicação dizendo que havia uma proposta orçamentária posta para o Instituto, houve a redução para 2018, sendo menor que o orçamento disponibilizado em 2017. Então, o presidente concluiu sua fala dizendo que o MEC havia se comprometido a realizar uma suplementação orçamentária para 2018, de modo que o orçamento de custeio fosse ao menos igual ao do ano corrente. Ele disse também que a maneira como seriam geridos esses recursos seria discutida com os Diretores-Gerais, de modo que havia várias opções colocadas pelo Pró-Reitor de Administração, com a sua aquiescência, para ser decidida a maneira como seria feita a gestão orçamentária, de forma a reduzir as diferenças entre os *campi*. O presidente esclareceu que não havia centralização das decisões orçamentárias na Reitoria, e o tema seria debatido com os dirigentes dos *campi* de forma aberta e democrática. O conselheiro Jefferson Amorim disse que existia uma fórmula no Sistec que era influenciada por critérios como o IDH, peso dos cursos, e IPCA, para se chegar a uma proposta de orçamento, e, lembrou também, que o FORPLAN era formado pelos Pró-Reitores de Administração dos IFs, que eram indicados pelos Reitores, portanto, os Reitores que estivessem insatisfeitos poderiam solicitar auxílio aos seus Pró-Reitores do FORPLAN para a revisão do orçamento. O conselheiro disse que existiam vários fatores específicos que influenciavam na divisão do orçamento pelo CONIF, e que essa fórmula precisava ser revista. O conselheiro Rafael Almada disse que se solidarizava às reivindicações dos alunos, pois ele estava presente no Instituto havia onze anos, e não conseguia ter clareza sobre o orçamento e também possuía questionamentos, e reforçou que havia pedido esclarecimentos sobre esse tema desde a primeira reunião em que participou. Segundo o conselheiro, caberia ao ConSup apreciar o orçamento, e o verbo apreciar significava avaliar, julgar, considerar, ponderar, e dar sugestões, portanto caberia ao Conselho julgar e enviar proposições sobre o orçamento, o que não estava sendo feito desde 2014. O conselheiro disse que já havia sugerido a discussão da Matriz CONIF no âmbito do Conselho. Segundo o conselheiro, a base para a construção dessa matriz eram os dados

do Sistec, portanto, era necessário analisar e questionar os dados que foram enviados pelo IFRJ ao MEC, cujo prazo final para envio foi até o dia dezoito de junho. O conselheiro disse que fez uma análise “fria” desses dados, e não acreditava que as informações estivessem corretas, pois eram divergentes de outros dados divulgados pela instituição. O conselheiro Rafael Almada disse que o Conselho era um fórum que poderia ver esses dados e auxiliar a presidência, porém, a presidência não levava essa discussão ao colegiado. Ele disse que não estava culpando a Reitoria pela redução dos recursos, apesar de acreditar que havia muita manobra na gerência dos recursos de um *campus* para outro, e, gostaria que o Conselho Superior ajudasse nessa discussão, de forma a contribuir analisando esses dados, e, inclusive fazendo manifestações, porque eles já estavam acostumados com os “golpes de todos os dias”, mas haver “golpe” na Reitoria já era “demais”. Então, o conselheiro Marcelo Sayão disse que havia duas lógicas a serem consideradas, uma externa e uma interna. Externamente, o IFRJ possuía pouca margem de manobra quanto ao orçamento, pois dependia da atuação do Reitor junto ao CONIF, mas, internamente, poderia haver maior participação dos estudantes e dos servidores no processo de discussão do orçamento, e na sua opinião, o ConSup seria o fórum para essa discussão por possuir representação de todos os segmentos, mas que para aumentar a participação poderia se pensar até em ir além disso. Ele disse que era necessário combater uma lógica na qual os *campi* disputavam recursos entre si, e não se percebia o IFRJ como um todo; da mesma forma, dentro do CONIF, deveria se combater a lógica na qual os IFs disputavam recursos entre si, ao invés de lutar juntos por um aumento de recursos para todos. A conselheira Elisa Pôças disse que no *Campus* Realengo ocorriam reuniões às quintas-feiras com os Diretores, em que eram passadas as informações a respeito do orçamento, para que essa problemática fosse discutida. A conselheira disse que percebeu a existência de dúvidas a respeito dos pesos dos cursos, e o posicionamento do IFRJ em relação a esse critério. De acordo com a conselheira, era necessário entender como um curso da modalidade EJA, ou um curso de Licenciatura de Matemática, recebia um peso maior que um curso de Química ou de Farmácia no critério do CONIF. E, ainda, o porquê de os cursos de graduação serem balizados pelos cursos técnicos, sendo que a graduação atendia a normas técnicas que exigiam um custo maior que os cursos técnicos. Para concluir, a conselheira ressaltou que o orçamento colocado para 2018 precisava ser debatido, e era importante a atuação de todos internamente como uma instituição única, e não como um coletivo de *campus*. Para a conselheira, era preciso extrair do ConSup um posicionamento político de atuação em relação ao orçamento. O discente Afonso questionou à conselheira Elisa Pôças se o Fórum dos Diretores possuía alguma regulamentação. A conselheira respondeu que não, e esclareceu que esse fórum era um grupo de trabalho. O presidente disse que a representação discente estava presente no ConSup, e, se preciso poderia ser posta também no Colégio de Dirigentes, em alguma pauta específica, apesar de este último Colegiado ser regulamentado no Estatuto do IFRJ, com a composição definida. Depois disso, o conselheiro Fábio Araújo ressaltou a necessidade de se tentar construir, em um momento delicado do cenário político nacional, estratégias democráticas sobre o papel do Instituto. O conselheiro disse que era importante sair do automatismo das ações, que eram muitas vezes tomadas pela burocracia, o que impedia de se discutir políticas educativas; e, para se discutir políticas educativas, era necessário haver um mapa da instituição. O conselheiro destacou que o IFRJ estava implementando o planejamento estratégico, mas para que a participação de todos fosse efetiva, era necessário conhecer a instituição, como por exemplo, quais eram

565 os *campi*, os cursos, a quantidade de alunos, entre outros, para que fosse possível pensar o Instituto de forma sistêmica. Para o conselheiro, a lei de 2008 que criou os IFs colocou uma grande gama de modalidades de ensino para os IFs, como Ensino Técnico, Graduação, Mestrado, EJA, etc., e, havia no momento um novo governo com estratégias que privilegiavam certos cursos, encaminhando uma construção na política orçamentária

570 de modo que era difícil pensar a expansão dos cursos. O conselheiro Fábio Araújo concluiu sua fala encaminhando a necessidade de se obter os dados sobre a instituição, de forma que a Reitoria produzisse uma nota técnica esclarecendo tudo o que o presidente havia explicado sobre o orçamento, para que os interessados pudessem inteirar-se das informações, e para que o Sindicato pudesse produzir documentos sobre o assunto, e

575 formar uma política de diálogo com os Diretores e com os *campi*. O presidente pediu ao conselheiro esclarecimentos sobre a nota técnica que ele gostaria que fosse produzida. O conselheiro Fábio Araújo respondeu que seria uma nota técnica com as informações passadas pelo presidente na reunião, a respeito da construção do orçamento. O presidente disse que nesse caso, seria um comunicado. O conselheiro Fábio Araújo disse que não importava qual tipo de documento seria. O presidente então perguntou ao conselheiro se ele havia terminado sua fala. O conselheiro respondeu que não, e pontuou novamente que esse assunto deveria ser discutido, perguntando que instituição era aquela. O presidente solicitou ao conselheiro que concluísse sua fala. O conselheiro disse que o ponto da carga horária docente não teria como ser discutido naquela reunião devido ao horário

580 estabelecido para o término, e que era necessário elencar as prioridades a serem debatidas. Então, o conselheiro disse que naquela semana foi noticiada uma parceria entre o IFRJ e o Exército, e questionou que parceria era essa, e do que se tratava. De acordo com o conselheiro, essas eram as políticas e arranjos institucionais feitos pela Reitoria. Ele questionou com quem a gestão se comprometia, e quais eram as escolhas políticas que a Gestão Paulo Assis e a instituição faziam. O conselheiro questionou o que essa parceria iria contribuir em termos de desenvolvimento de cursos, e disse que esses dados deveriam ser levados ao ConSup para serem pensados como política educacional. O presidente agradeceu a fala do conselheiro e concedeu a palavra ao conselheiro Silvério Balieiro. O conselheiro Silvério Balieiro disse que havia uma desinformação a respeito do orçamento

595 institucional, e a discussão daquele dia foi um avanço nesse sentido. Para o conselheiro, foi importante esclarecer o critério do CONIF que distorceu os pesos dos cursos, e disse ter notado que existia uma discussão política a respeito do assunto. Segundo o conselheiro, existia um caminho institucional, em que, através do próprio IFRJ, deveria ser feito um questionamento ao CONIF sobre esses critérios, e, também, um outro caminho, através da atuação do Sindicato. O conselheiro destacou que o SINASEFE possuía uma excelente assessoria jurídica, e poderia atuar a favor do Instituto, inclusive junto ao CONIF. Ele disse que esse assunto era de responsabilidade do Reitor, e também dos Diretores-Gerais. A conselheira Florinda Cersósimo esclareceu que o Fórum dos Diretores estava sendo realizado com o intuito de se debater assuntos antes da realização

600 das reuniões colegiadas, com questões variadas, para se tomar uma decisão previamente às reuniões ou até mesmo para divulgação à comunidade, de forma consultiva, como uma reunião de trabalho. A conselheira destacou que os ordenadores de despesa do Instituto eram os Diretores e o Reitor, e não os conselheiros. O conselheiro Fernando Beserra disse que a questão era preocupante, e o assunto devia ser debatido, embora os conselheiros não fossem ordenadores de despesa, faziam parte da composição do órgão colegiado apto

610 a apreciar o orçamento institucional. O conselheiro disse que apesar de haver uma

tradição da instituição em relação à formação em Química, era preciso dar uma atenção especial aos cursos da área de saúde. O conselheiro disse que não obstante os princípios, valores e missão do IFRJ, o Instituto não apresentava um compromisso com a saúde pública. O conselheiro disse que não estava apto a discutir os detalhes do orçamento naquele momento, uma vez que não foram enviados documentos com informações para tal, o que era preciso ser feito, de forma a subsidiar o debate de forma mais profunda. O discente Augusto disse que os alunos que participavam de reuniões tinham interesse em debater o assunto com a comunidade acadêmica, incluindo os dirigentes, que foram eleitos como representantes. Ele disse que gostaria de entender qual era o medo sobre a discussão do orçamento de forma democrática e com a participação dos alunos. Então, o presidente observou que além da participação dos alunos nas reuniões com a Dirae, estes deviam ocupar melhor os espaços onde estava prevista a participação discente, como os Conselhos de *Campus* e o Consup, por exemplo. Quanto às informações, o presidente disse que era muito cômodo apenas solicitar informações, que pessoas que inclusive já foram Pró-Reitores, estavam reclamando sobre o recebimento de informações, pessoas que eram professores do IFRJ e não acessavam o site institucional para buscar as informações que precisavam, pois, muitas notícias veiculadas e faladas naquela reunião estavam no site. Segundo o presidente, a gestão atual fazia uma gestão transparente do IFRJ e destacou que estavam no site a Agenda do Reitor e as ações tomadas no âmbito do Instituto. O presidente observou que a matriz e a proposta orçamentária para 2018 foi compartilhada com os Diretores-Gerais dos *campi*, e foi visto também quais caminhos poderiam ser adotados. Ele ressaltou que essas informações eram divulgadas de forma pública, o que só passou a ser feito a partir do início de sua gestão em 2014. O presidente disse que as pessoas que estavam questionando a transparência, deveriam olhar para a gestão da qual participaram, e solicitou que essas pessoas deixassem de ser panfletários e passassem a ser responsáveis. Ele destacou que exibir o orçamento e a planilha CONIF era algo que nunca foi realizado na instituição, e passou a ser feito somente a partir da Gestão Paulo Assis, que era comprometida com a transparência e os atos democráticos. O presidente pediu que fosse tomado cuidado com os discursos panfletários. Então, o presidente esclareceu que foi divulgada no site institucional a visita do IFRJ à Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), que é uma instituição de ensino do Exército Brasileiro, localizada no município de Resende – RJ. O presidente informou que os profissionais do *Campus* Resende do IFRJ foram ministrar um curso de QSMS (Qualidade, Saúde, Meio Ambiente e Segurança do Trabalho) aos cadetes que estavam estudando na AMAN. O presidente disse que ele possuía um cargo de Reitor, que era um cargo institucional, em que ele deveria tratar PT, PMDB, PSOL e Academia Militar da mesma maneira, independentemente de sua ideologia, pois ele representava uma instituição, e, como representante institucional, ele deveria buscar o que era bom para o IFRJ. O presidente destacou que na Semana de Extensão do *Campus* Resende, o Exército instalou tendas no *campus*, atuando como parceiro do Instituto. Então, o presidente disse que, quando pedia aos conselheiros serenidade e maturidade, o fazia porque era inadmissível que um professor ficasse rindo enquanto o Reitor estava com a palavra, o que era uma falta de respeito, e lamentava que os presentes estivessem assistindo àquilo. Ele disse que aquele era um comportamento lamentável de um educador, ou de um suposto educador. Ele endossou que lamentava que todos estivessem assistindo a essa situação, quando todos os conselheiros à mesa apresentavam argumentos responsáveis, e outros apresentavam um comportamento no mínimo antiético; mas, em um fórum

660 democrático, era preciso aprender a conviver com aquela situação. O presidente acrescentou que havia posicionamentos panfletários e ideológicos equivocados, mas que no momento de trabalhar e se posicionar efetivamente, poucos atuavam como os alunos estavam fazendo naquele momento com disposição. O presidente disse que muitos faziam discurso, mas poucos atuavam efetivamente. O presidente parabenizou aos alunos pela iniciativa de encaminhar suas demandas e se posicionar, esclareceu que o ConSup estava

665 aberto às discussões. O presidente reforçou que o orçamento começou a ser discutido a partir de 2014, início de sua gestão, e antes disso, ninguém saberia falar de orçamento ou de planilha CONIF, pois o assunto estava centralizado com o Reitor. Então, o presidente disse que os Diretores também estavam abertos aos questionamentos dos alunos, e que, o Instituto iria avançar por meio do trabalho e do respeito. O presidente solicitou aos alunos

670 que tentassem dirimir suas dúvidas nos demais fóruns, e qualquer demanda residual poderia ser debatida no Conselho Superior. O presidente disse que, como foi posto pela conselheira Florinda Cersósimo, o ConSup não aprovava o orçamento, mas poderia opinar a respeito. Em seguida, o conselheiro Marcelo Sayão disse que as propostas de encaminhamento feitas pelo discente Augusto e pelo conselheiro Fábio Araújo precisavam ser tratadas. O conselheiro Rafael Almada disse que também solicitou que os dados do orçamento fossem levados ao Conselho. O conselheiro disse que o discurso poderia ser “magnificamente lindo”, mas não trazia, na prática, uma proposta de levar efetivamente os dados para serem debatidos. O conselheiro solicitou ao presidente que levasse a planilha CONIF para ser discutida na reunião seguinte. O presidente respondeu

680 ao conselheiro que ele devia solicitar que o presidente apresentasse os números, que ele apresentaria. O conselheiro então disse ao presidente: “faça isso”, referindo-se à apresentação dos números pelo presidente. O presidente disse que não haveria “golpe” naquela gestão. O conselheiro disse que então o presidente deveria apresentar os números do orçamento na reunião seguinte, pois o golpe “Temer” ele sabia quem era, mas o golpe “Assis”, não. O presidente disse que se ocorreu um golpe, ele existiu na gestão anterior, da qual o conselheiro fazia parte. O presidente esclareceu que não havia levado número algum para aquela reunião pois a solicitação dos discentes não era explícita, era apenas sobre “orçamento”, e não especificava o que deveria ser debatido. O presidente disse ao conselheiro Rafael Almada que solicitasse a planilha de orçamento ao seu Diretor-Geral, que já havia sido fornecida. O conselheiro Rafael Almada tentou interromper a fala do presidente, que disse que ainda estava com a palavra. O conselheiro disse para o presidente “parar de discurso”. O presidente disse que não iria iniciar uma discussão com o conselheiro. O conselheiro Rafael Almada disse que queria uma presidência propositiva no Conselho, pois ele e os demais conselheiros possuíam demandas, mas se o presidente gostaria de “ficar dando discurso” e “fazendo show”, era uma outra história, e, ele estava apresentando seu encaminhamento para que na próxima reunião o tema de orçamento fosse discutido, analisado, apreciado. O conselheiro disse também que caso o presidente não quisesse apresentar os dados do orçamento, que ele deixasse isso claro para a comunidade acadêmica, e não ficasse “fazendo discurso”. O presidente continuou sua

695 fala, dizendo que os discursos panfletários da gestão anterior, gestão essa que causou um caos na instituição, entregou para a nova gestão um Instituto com cinco *campi* a ser implantados, sem nenhuma obra iniciada. O presidente disse que o *Campus* Realengo, por exemplo, encontrava-se na primeira fase quando o ele iniciou sua gestão, pois nenhuma obra havia sido feita. O presidente lembrou que solicitou no início da reunião

700 que os debates fossem sensatos, e, se possível, maduros, mas tinha que ouvir expressões

705

como “golpes” e “fazer show”, ou seja, pessoas jogando para a plateia com discurso panfletário e que levantavam factoides. O presidente disse que lamentavelmente, algumas pessoas não conseguiam manter o debate em um nível que todos gostariam, uma vez que ali estavam presentes educadores. O presidente observou que gostaria que na próxima

710 reunião os debates fossem sensatos, e sem expor os colegas, pois aquele era um espaço democrático, e no fundo todos eram colegas de trabalho. O presidente disse que o uso de expressões como “dar golpes” e “fazer show” faziam parte de um discurso político desnecessário. O presidente disse que a demonstração efetiva do orçamento já havia sido

715 feita aos Diretores-Gerais e todos poderiam pedir as planilhas aos seus Diretores, e, se a discussão da planilha orçamentária entrasse em pauta, as informações também seriam levadas ao ConSup. O presidente disse que todas as informações eram públicas e estavam postas inclusive no site do CONIF. O presidente pediu que fosse tomado cuidado com os discursos panfletários criando factoides que poderiam causar polêmicas desnecessárias. Então, o conselheiro Marcelo Sayão apresentou três encaminhamentos para a reunião

720 seguinte, que seriam: 1) A solicitação do conselheiro Rafael Almada sobre a apresentação dos números do orçamento, 2) a solicitação do discente Augusto sobre a participação dos alunos no Colégio de Dirigentes e Fórum de Diretores, 3) e o encaminhamento do conselheiro Fábio Araújo sobre a produção de um documento sobre a explicação da construção do orçamento, feito pela Reitoria. O presidente disse que a solicitação do

725 conselheiro Fábio Araújo era de quem estava esperando que as informações chegassem até ele, mas que todos esses dados eram de domínio público, portanto, o documento explicando todos os atos da Reitoria não seria produzido. O presidente disse que a planilha CONIF seria apresentada. O professor Paulo Chagas disse que não fazia mais parte do Conselho há algum tempo, mas observou que era importante delimitar tempo para que

730 cada um falasse, inclusive a presidência, senão, não seria possível concluir a pauta. Ele disse que gostaria de fazer uma apresentação rápida e objetiva a respeito da carga horária docente. O presidente esclareceu ao conselheiro Marcelo Sayão que o Conselho não poderia deliberar a respeito das atividades dos Diretores-Gerais, como a possibilidade de participação dos alunos no Fórum dos Diretores, mas, que poderia encaminhar a sugestão

735 de que os alunos fossem ouvidos nesses fóruns. O conselheiro Marcelo Sayão discordou do presidente, alegando que no próximo Colégio de Dirigentes esse tema poderia ser debatido, de forma consultiva. O presidente disse que o ConSup poderia fazer uma recomendação, e não uma imposição ao Colégio de Dirigentes. O conselheiro Marcelo Sayão discordou e disse que o ConSup poderia decidir sobre a participação dos alunos

740 nos fóruns. O conselheiro Peterson Hotz disse que não caberia aos alunos participar do Fórum de Diretores, que era uma reunião de trabalho dos Diretores, sendo que a participação dos estudantes estava prevista no Conselho de *Campus*. A conselheira Elisa Pôças disse que o Fórum de Diretores era uma reunião entre os pares, e não uma reunião institucionalizada. A conselheira disse que era cabível o pleito de participação dos alunos

745 no Colégio de Dirigentes. Após isso, o presidente disse que incluiria na pauta os encaminhamentos apresentados pelo conselheiro Marcelo Sayão, incluindo a solicitação dos alunos sobre a recomendação do ConSup para que o Colégio de Dirigentes e o Fórum de Diretores ouvissem os alunos. O conselheiro Rafael Almada questionou se a solicitação era para garantir a participação dos alunos nessas reuniões de uma maneira

750 geral ou somente quando houvesse na pauta a discussão do orçamento. A conselheira Gabriela Freitas leu novamente a demanda dos alunos, que previa a divulgação das informações sobre a reunião de Fórum de Diretores, e a participação dos alunos no

Colégio de Dirigentes para discutir a pauta orçamentária. O presidente disse que a solicitação dos alunos seria encaminhada ao Colégio de Dirigentes. O conselheiro
755 Marcelo Sayão disse que aquele colegiado deliberava de maneira “extra oficial”, uma vez que algumas decisões eram tomadas no âmbito do Colégio de Dirigentes juntamente com os Diretores, e, dessa forma, a presença dos alunos seria de grande importância. Quanto ao Fórum de Diretores, o conselheiro concordou com a posição da conselheira Elisa Pôças, de que esse fórum era mais informal, já que não havia deliberação, pois elas seriam
760 levadas aos fóruns oficiais. O presidente disse que quando houvesse uma pauta no Colégio de Dirigentes de ampla discussão da comunidade, os alunos seriam informados e convidados a participar. Depois disso, o conselheiro Rafael Almada pediu uma votação sobre a inclusão da Matriz CONIF na pauta da reunião seguinte, que foi aprovada por consenso. O conselheiro Eládio Bandeira disse que era necessário incluir também a
765 aprovação do Regulamento e cronograma das Eleições. O conselheiro Fernando Beserra solicitou que seu encaminhamento sobre a nota de apoio à candidatura de técnicos-administrativos ao cargo de Reitor fosse incluído na pauta da próxima reunião também. Então, o presidente leu os encaminhamentos feitos para a reunião seguinte: 1) Processo Eleitoral 2) Carga Horária Docente, 3) Orçamento 4) Nota de apoio à candidatura de
770 técnicos ao cargo de Reitor. O conselheiro Eládio Bandeira disse que o Manual de Auditoria Interna e Regimento Interno da Audin teriam uma rápida aprovação, e poderiam ser incluídos. O presidente então incluiu esse item na “Ordem do Dia” da reunião seguinte. O conselheiro Rafael Almada solicitou a inclusão da moção de apoio ao *Campus Belford Roxo*. O presidente solicitou que ele fizesse o encaminhamento do tema. Então,
775 o presidente concedeu a palavra ao professor Paulo Chagas, presidente do GT Carga Horária Docente. O professor esclareceu que o Regulamento apresentava alguns problemas. Ele disse que havia a Resolução nº 48/2014 do ConSup que regulamentava a carga horária docente, assim como a Portaria nº 17/2016 do MEC. Ele lembrou que o Regulamento aprovado pela Resolução nº 48/2014 extrapolava as quarenta horas
780 semanais, e deveria ser revisto até o primeiro semestre de 2015, o que não foi realizado. Depois disso, foi publicada a Portaria nº 17/2016 do MEC, então, o IFRJ precisava realizar essa alteração no Regulamento. Então, o professor solicitou à Comissão do ConSup que estava tratando do tema, que se reunisse com o GT da Carga Horária Docente, para que fossem apresentadas as correções e inclusões realizadas, e, depois
785 disso, fosse realizada a votação do novo Regulamento no âmbito do ConSup. Então, o presidente agradeceu a participação do professor Paulo Chagas e encerrou a reunião às treze horas e vinte e seis minutos, e, nada mais havendo a ser tratado, encerrou a presente ata que seguirá assinada por mim e pelo presidente.

790